

OS PAPEIS SOCIAIS E IDEOLÓGICOS DAS REDES SOCIAIS NA ERA DA INFORMAÇÃO*

THE SOCIAL AND IDEOLOGICAL ROLES OF SOCIAL NETWORKS
IN THE INFORMATION AGE

LOS ROLES SOCIALES Y IDEOLOGICOS DE LAS REDES SOCIALES
EN LA ERA DE LA INFORMACION

*Danielle de Queiroz Soares
Wildoberto Batista Gurgel*

Resumo: Análise do papel da internet como elemento para a reorganização da sociedade. Considerando-se que estamos na era da informação, muitos acreditam que a internet é elemento chave para a reorganização da sociedade e a promoção do aumento da participação social nas decisões políticas. Concentra-se aqui a discussão sobre algumas questões centrais relativas ao debate sobre o papel das novas tecnologias da comunicação nesse fenômeno, bem como suas limitações.

Palavras-chave: Revolução Tecnológica. Ideologias. Emancipação. Capitalismo.

Abstract: Analysis about the role of the Internet as part of the reorganization of society. Considering that we are in the information age, many people believe that the internet is the key element for the reorganization of society and the promotion of the increase of social participation in policies decisions. The discussion about some central issues concerning to the debate on the role of new communication technologies in this phenomenon, as well as its limitations are presented.

Keywords: Technological Revolution. Ideologies, Emancipation. Capitalism.

Resumen: Análisis acerca del papel de la Internet como parte de reorganización de la sociedad. Teniendo en cuenta que estamos en la era de la información, muchos creen que el la Internet es la clave para la reorganización de la sociedad y de la promoción de una mayor participación social en las decisiones políticas. Se centra la discusión aquí en algunas cuestiones fundamentales relativas al debate sobre el papel de nuevas tecnologías de comunicación en este fenómeno, así como sus limitaciones.

Palabras clave: Revolución Tecnológica. Ideologías. Emancipación. Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

Recentemente fomos tomados pela notícia de que alguns acontecimentos dramáticos envolvendo manifestações públicas e repressão militar estavam se desenvolvendo nos países árabes. Espalhando-se a partir da Tunísia, no norte da África, com a derrubada do ditador Zine El Abidine Ben Ali, em 14 de janeiro de 2011, uma onda de insurreições juvenis e populares despontaram por toda a região atingindo o Oriente Médio. Tal movimento tem em comum alguns pontos que merecem a nossa atenção: envolve uma maioria de lideranças com menos de trinta anos de idade, lutam contra ditadores que estão décadas no poder,

recebem apoio de grupos e países que ajudam a fortalecer o sistema ditatorial vigente e usam as tecnologias de informação (especialmente as redes sociais) para se organizarem. No tocante ao último ponto, isso chama a nossa atenção pelo fato de que há alguns anos temos investigado os múltiplos usos dessas ferramentas, enquanto tecnologias da informação, na reorganização da sociedade.

O uso dessas tecnologias na condução do processo de organização, mobilização e divulgação das insurreições apontadas é quase óbvio. Tal uso provavelmente começou bem antes, mas se tornou mais evidente com o

* Artigo recebido em abril 2011

Aprovado em maio 2011

apelo lançado na página *We are all Khaled Said*, no Facebook, criada para homenagear a memória e luta do jovem egípcio Khaled Said, espancado até à morte por policiais na cidade de Alexandria, em 2010.

A participação ativa do diretor de marketing do Google para o Oriente Médio, Wael Ghonim, tanto na construção da página no Facebook quanto na veiculação de mensagens conclamando o povo a lutar, via Twitter, antes e depois de sua prisão no Egito, são outras evidências de que a internet estava assumindo um papel preponderante nesses protestos. Contudo, diferente do que costumava acontecer, os protestos iniciados no mundo virtual não ficaram restritos a esse universo. Dessa vez os jovens tomavam as ruas contra os regimes opressores, inicialmente de forma mais pontual (ateando fogo contra o próprio corpo diante dos parlamentos ou em locais públicos, cujas ações eram divulgadas em blogs, sites e microblogs), depois de forma mais coletiva (a primeira chamada para o protesto na página do Facebook obteve cerca de 90 mil respostas dizendo que participariam do protesto contra Mubarak na praça Tahir Square, no Cairo, no dia 25 de janeiro).

O foco dos protestos tem sido a tortura (especialmente a tortura praticada pela polícia), a pobreza (só no Egito, quase a metade dos 80 milhões de habitantes vive abaixo ou pouco acima da linha de pobreza, com cerca de dois dólares por dia), a corrupção (especialmente a fraude generalizada nas últimas eleições) e o desemprego. Em meio a isso, pede-se a queda do atual ditador e novas eleições, que no caso do Egito, era a de Hosni Mubarak, há quase trinta anos no poder. A reação dos governantes foi a de, imediatamente, revidar com a força policial, usar a propaganda oficial, fazer desacreditar os protestos e cortar os meios de acesso à internet, via computadores ou celulares.

É verdade que não sabemos ao certo onde tudo isso vai terminar e como vai terminar, mas já sabemos que essa é a primeira grande onda de protestos organizada via redes sociais com o uso das tecnologias de informação, o que de certa forma já era esperado, afinal vivemos na *era da informação*¹. Em todo o mundo, milhões de computadores interligam pessoas que trocam dados, se atualizam com as notícias, debatem os mais variados assuntos, fazem compras, pesquisam preços, estudam, se divertem, trabalham e realizam mais uma

infinidade de atividades que seriam impensáveis em outra época.

No contexto do capitalismo contemporâneo, o domínio de novas tecnologias interfere diretamente no nível de produtividade obtido pelas pessoas e, portanto, é essencial para o bom desempenho da maioria das atividades – sejam elas econômicas, sociais ou políticas – nesse mundo globalizado e competitivo. Do mesmo modo, são muitos – sobretudo entre os amantes da ciência e das novas tecnologias – os que acreditam que a internet seja o instrumento ideal para alavancar a participação social nas decisões políticas. Tais crenças estão assentadas sobre eventos como os acontecidos recentemente no norte da África e Oriente Médio, mas não são meramente circunstanciais.

Graças à capacidade de interatividade que as redes oferecem, hoje já é possível que os cidadãos solicitem informações, expressem opiniões, fiscalizem as atividades de seus representantes e cobrem os resultados prometidos por eles sem sair de casa (ou da *lanhouse*² que frequentam). Tudo isso com uma velocidade e multiplicidade de olhares que os veículos anteriores não conseguiam fornecer. Além disso, também é possível organizar redes de ajuda mútua entre comunidades afins, incentivar trocas de saberes e experiências, mobilizar pessoas com interesses comuns em torno das mesmas causas e até mesmo utilizar o recurso da *colaboração em massa*³ para desenhar políticas públicas.

Para muitos, o que tem acontecido recentemente nos casos citados de lutas contra ditaduras faz parte das possibilidades trazidas pelos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação. Elas teriam expandido e estariam consolidando, definitivamente, a democracia, tornando-a, finalmente, um fenômeno de massa. Para outros, esses mesmos avanços abrem espaço para uma reorganização revolucionária da sociedade e permitem a construção de alternativas para além do capitalismo.

Seriam, mesmo, essas novas tecnologias tão poderosas? Sem dúvida elas abrem um novo espaço para a luta entre interesses conflitantes: a rede. A dimensão, a velocidade e o impacto que as ideias veiculadas via rede tomam são verdadeiramente impressionantes. Se isso vai facilitar – se é que é possível – a conciliação entre as partes divergentes é outra história. Aqui, concentramos nossa atenção em alguns aspectos peculiares trazidos pela popularização da internet: a facilidade como as

ideologias se disseminam e a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência social via rede. A ideia, é claro, não é esgotar o assunto mas apenas refletir um pouco sobre a possibilidade da emancipação humana no século XXI.

2 IDEOLOGIAS EM REDE

Segundo Mészáros (2004, p. 57) “[...] em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não”. E ele afirma ainda que o poder da ideologia não pode ser subestimado pois “[...] afeta tanto os que negam a sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias” (MÉSZÁROS, 2004, p. 64).

Será, então, que no mundo contemporâneo teríamos um crescimento das ideologias? Justamente no momento de maior avanço da ciência e da técnica, que costumam se apresentar como objetivas e neutras? Antes de entrar nessas questões, convém delimitar o que entendemos aqui por ideologia. Para Mészáros (2004, p. 65):

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos.

Tal perspectiva remete a Marx e Engels (2007, p. 9) que, no século XIX, já afirmavam: “[...] o que os indivíduos são, como seres, depende das condições materiais da sua produção”. Assim, eles mesmos concluem mais a frente que “[...] a moral, a religião, a metafísica e outras ideologias – bem como as formas de consciência a elas correspondentes – não são capazes de autonomia, a não ser aparentemente”. Na prática, tais afirmações implicam que, em uma sociedade dividida em classes – com interesses diametralmente opostos como é o caso da sociedade capitalista – a consciência dos indivíduos vai variar de acordo com a classe a que pertencerem. Na visão de Marx e Engels (2007, p. 53), isso soa assim:

A consciência é, portanto, já de antemão um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos. A consciência é, em princípio, naturalmente, consciência do mundo imediato e sensível que nos rodeia, e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo.

Admitindo-se, então, que cada indivíduo perceberá o mundo a partir do ponto de vista da classe a qual pertence seria possível pensar na formação de uma consciência coletiva ou, por outro lado, imaginar que alguém possa não desenvolver uma consciência social? Para Konder (2009, p. 183), o *apoliticismo* não é uma opção factível:

A política é uma dimensão da atividade humana. Desde que, com ou sem vontade de fazê-lo, os homens vivem em sociedade, dependem da sociedade para nascer e sobreviver, não há como ignorar a significação política que os comportamentos individuais inevitavelmente assumem. Tanto as ações quanto as omissões dos indivíduos repercutem sobre as pessoas que os conhecem e com as quais eles lidam.

A viabilidade de uma consciência coletiva também é uma questão complicada, uma vez que não existe um interesse geral, mas interesses de classes. A ideia de um pensamento hegemônico⁴, então, implicaria na imposição do ponto de vista de uma determinada classe sobre as outras. Para Marx e Engels (2007, p. 72) isso significa:

Cada nova classe que passa a ocupar o posto daquela que dominou antes dela se vê obrigada, para poder encaminhar os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse geral de todos os membros da sociedade – quer dizer, expressando o mesmo em termos ideais –, a imprimir a suas idéias a forma da universalidade, a apresentar essas idéias como as únicas racionais e válidas universalmente.

Tal raciocínio seria válido para qualquer sociedade dividida em classes, onde inadvertidamente uma delas assumiria a posição dominante submetendo as demais a seus valores. Na sociedade capitalista esse processo é ainda mais avassalador, pois se dá de forma sutil e complexa. Segundo Gramsci (2007, p. 271):

As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja a ampliar “técnica” e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de casta fechada.

A classe burguesa põe-se a si mesmo como um organismo em movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador”.

O império das ideias de “liberdade” e “igualdade” – traços típicos da dominação burguesa – e o sonho da ascensão social facilitam a disseminação dos valores de uma classe e permitem que estes se passem por universais. Mészáros (1993, p. 89), no entanto, adverte:

[...] em uma época em que, realmente, a distância entre os que ‘têm’ e os que ‘não têm’ continua a crescer, e as únicas ‘fusões’ que pudemos testemunhar, em escala global, foram os resultados de propostas de encampamento, que produziram monopólios gigantes, ‘oligopólios’, ‘duopólios’, ‘conglomerados’ e ‘superconglomerados’ – os representantes da supos-

ta 'intelligentsia descomprometida' continuaram a escrever sobre a 'igualização', 'a institucionalização do conflito', a 'convergência' e assim por diante.

Parece difícil conseguir encaixar a realidade contemporânea, onde os homens parecem mais desiguais do que nunca, nesse modelo generalizador. O conflito fundamental da sociedade capitalista – aquele que de acordo Mészáros (2004, p. 65) “[...] refere-se à própria estrutura social que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas” – permanece o mesmo. Mas, se é assim, como se sustenta o discurso dominante? Para Mészáros (2004, p. 69), ele se vale de um *quadro categorial* que atenua os conflitos existentes:

[...] o que se espera das auto-imagens da ideologia dominante não é o verdadeiro reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Antes de tudo, elas devem fornecer apenas uma explicação plausível, a partir da qual se possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida. É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e eterniza os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido.

A ruptura com o pensamento dominante não é fácil, e certamente não partiria de um membro da própria classe dominante. Para Goldman (apud LÖWY; NAÏR, 2002, p. 43), “o proletariado” (ou a classe dominada) seria a única classe “[...] cuja consciência tem a *possibilidade* objetiva de ultrapassar as categorias do pensamento burguês”, isso porque seu ponto de vista “[...] é capaz de conhecer mais objetivamente a realidade social”. Resumindo, a classe dominada seria a única que poderia romper com a ordem estabelecida, porque é a única que não teria nada a perder.

A ordem desses argumentos está condicionada à categoria de *consciência possível*, que segundo Löwy e Nair (2002, p. 43), com bases nas teorias de Goldman, é associada ao máximo de consciência que uma classe pode desenvolver:

A expressão 'consciência possível' é a tradução de Goldman para o conceito de *Zugerechnetes Bewusstsein* (literalmente, 'consciência adjudicada' ou 'consciência atribuída'), definido por Lukács em História e consciência de classe como a consciência que corresponde racionalmente à posição de uma classe no processo de produção. Goldman desenvolve e enriquece esse conceito ao demonstrar que ele constitui o máximo de consciência possível de uma classe, o limite que sua consciência da realidade não pode ultrapassar, o horizonte de seu 'campo de visibilidade' social.

Goldman (apud LÖWY; NAÏR, 2002, p. 43) ressalta, no entanto, que o fato da classe dominada ser aquela “[...] cuja *consciência possível* está mais próxima da verdade” (ou

da realidade) não significa que sua *consciência real* – ou seja, aquilo que realmente pensa o proletário ou mesmo o proletariado em seu conjunto – não sofra influências do meio. Isso porque, nas palavras de Löwy e Nair (2002, p. 44), a *consciência possível* porta contradições de ordens externas e internas:

A consciência real pode se distanciar da consciência possível, sofrer influência da ideologia de outras classes ou então se aproximar delas, sobretudo em situações de crise. É evidente que a relação entre as duas formas da consciência varia de acordo com as classes sociais e no interior delas.

Seriam, no entanto, todas essas considerações – pensadas para a era do capitalismo industrial – válidas na era da informação? Podem a ciência e a técnica se apresentar como neutras quando são fruto do investimento de determinada parcela da sociedade que possui interesses bem determinados? A internet, como canal que permite disseminar ideologias em alta velocidade e alcance, funciona como instrumento de dominação ou é uma ferramenta revolucionária capaz de transformar a consciência social das pessoas?

Considerando que continuamos vivendo em uma sociedade dividida em classes – dos “que têm” e dos que “não têm” como colocou Mészáros (1993, p. 89) – e que os interesses dessas classes continuam conflitantes, permanece atual a crítica de Marx, Engels, Gramsci, Mészáros e Goldman. Entretanto, o aprofundamento das contradições do capitalismo, em sua etapa mais complexa, faz emergirem instrumentos potencialmente revolucionários por mais que tenham sido criados para perpetuar o modelo existente. É importante destacar, como bem o colocou Lojkine (2002, p. 21), que “as mutações sócio-técnicas” devem ser “tomadas como *potencialidades contraditórias*”. Ou seja, tanto podem ser utilizadas para aprofundar o controle do capital sobre a sociedade quanto podem dar margem a novos arranjos.

A rede é um desses instrumentos. Para entender melhor as questões que envolvem seu universo, convém analisar como ela funciona na prática.

3 A CONSCIÊNCIA POSSÍVEL “DA” ERA DA INFORMAÇÃO

Atualmente, quando a tecnologia disponível já permite operar educação em massa e a difusão da informação ocorre por inúmeros instrumentos diferentes, o debate sobre a participação social volta à tona com enorme intensidade. Temas como violência, habita-

ção, saúde, educação e outros direitos fundamentais estão constantemente na mídia. Será que, finalmente, na era da informação, teremos a classe historicamente dominada se envolvendo ativamente nas decisões políticas? Será que existe a possibilidade de que eventos recentes, como os acontecidos nos países árabes, se espalhem pelo mundo e tornem-se uma constante?

É muito cedo para dizer que sim, contudo, observa-se que o uso das tecnologias da informação e da comunicação, com o objetivo de dar maior transparência e agilidade às gestões públicas, vem aumentando em todo o planeta. De acordo com Castells (2003, p. 114), essa ferramenta está sendo privilegiada pelos movimentos sociais, tanto os de controle quanto os de contra-controle sociais:

Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar.

Mesmo em países onde o avanço trazido pela revolução digital ainda está restrito a poucos, como no caso do Brasil – uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet (CGI), referente ao ano de 2009, revelou que 43% da população brasileira, residente em área urbana, nunca utilizou um computador, 51% das pessoas nunca “navegaram” pela rede –, os governos eletrônicos começam a ser implantados. Isso traz impactos significativos na vida política, que segundo Sorj (2003, p. 48), podem ser separados em três níveis: e-governança; e-governo e e-política.

A e-governança diz respeito à utilização da Internet para aumentar a eficácia, a eficiência, a qualidade, a transparência e o poder de fiscalização das ações e serviços do governo e das instituições públicas. Através dela, por exemplo, é possível: divulgar todas as atividades dos diferentes órgãos do governo (incluindo acompanhamento de orçamentos e gastos públicos); melhorar a rapidez, o alcance e a qualidade dos serviços prestados; prestar serviços on-line (emissão de certificados, pagamento de contas, declaração de impostos etc.); realizar leilões eletrônicos, licitações públicas etc.

O e-governo inclui o voto eletrônico e a possibilidade de os cidadãos interagirem com as instituições públicas na regulamentação de atividades diversas. Dessa forma, por exemplo, é possível considerar a participação

popular no desenvolvimento de legislações, na definição de novas demandas, na proposição de soluções alternativas etc. De acordo com Lévy (1999, p. 195) a *democracia eletrônica* não se restringe ao acesso a pontos de conexões, mas passa pelo conteúdo vinculado que estimula, ou não, à participação democrática na vida cívica:

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível – graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço –, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos.

[...] as possibilidades técnicas do ciberespaço tornariam facilmente praticáveis formas inéditas de democracia em grande escala etc. Para cortar o mal pela raiz imediatamente os mal-entendidos sobre a “democracia eletrônica”, vamos esclarecer novamente que não se trata de fazer votar instantaneamente uma massa de pessoas separadas quanto a proposições simples que lhes seriam submetidas por algum demagogo telegênico, mas sim de incitar a colaboração coletiva e contínua dos problemas e sua solução cooperativa, concreta, o mais próximo possível dos grupos envolvidos.

Por fim, a e-política consistiria no uso das ferramentas digitais para fazer um novo tipo de política, dissociada ou à margem do Estado, com o fortalecimento de entidades da sociedade civil organizadas em rede.

Em um rápido navegar pela Internet é possível acessar tanto os sites governamentais quanto os das organizações não-governamentais (ONGs), os produzidos por movimentos sociais, os dos segmentos socialmente discriminados, aqueles especializados em política etc. E o espectro ideológico varia da direita à esquerda, passando por sites fascistas e racistas às organizações de extrema-esquerda.

O ciberespaço⁵, certamente, tornou-se um local disputado. A pluralidade de ideias e informações circulando livre e democraticamente, aliada às facilidades que a tecnologia colocou ao nosso alcance, é, sem dúvida, um fator político positivo. Nesse universo, há um potencial extraordinário para a construção da cidadania e o fortalecimento da democracia. No entanto, como coloca Castells (2003, p. 114), será que o papel da Internet na expressão de protestos sociais e conflitos políticos tem sido meramente instrumental? Ou pode-se dizer que ocorre no ciberespaço uma mudança nas regras do jogo que acaba por modificar as formas e objetivos dos atores políticos? No caso do Egito, poderíamos ainda nos perguntar acerca do

papel de uma empresa como o Google na organização da mobilização acontecida. Quais interesses estão por trás de países como EUA, França e Inglaterra para fornecerem acesso a internet naquela região durante os protestos? Por que Wael Ghonim foi mobilizado para o Egito dois dias antes de iniciar os protestos? Esse movimento é manobrado pelas potências capitalistas? Quem são os verdadeiros atores sociais dos protestos do norte da África e Oriente Médio organizados via redes sociais?

Em uma analogia histórica, Castells (2003, p. 115) compara a constituição do movimento operário na era industrial, que não poderia ser isolado da fábrica industrial como seu cenário organizacional, ao momento atual. A Internet, segundo ele, não é apenas um meio de comunicação mas sim a infraestrutura material de uma determinada forma de organização: a rede. Assim, os movimentos sociais da era da informação seriam, essencialmente, mobilizados em torno de valores culturais e não geográficos. Muito do entendimento e da forma como lidamos com os assuntos de natureza política e social, no entanto, ainda está condicionado por uma visão que tem suas raízes no espaço público clássico, racionalista, que enfatiza a possibilidade de reunião dos indivíduos numa situação de copresença para discutirem assuntos acerca dos quais concentrem suas atenções. As novas mídias digitais, contudo, transformaram a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação, de interação e de exercício do poder.

Em grande parte, as novas tecnologias da informação e da comunicação, associadas à globalização da economia, vêm contribuindo para pôr em xeque os valores do Estado-nação moderno, modificando a concepção de cidadania vinculada ao exercício de direitos e deveres num território geográfico. A noção de contrato social perde o sentido para dar lugar a sociabilidades eletivas. Ao invés dos laços comunitários tradicionais, surgem novas formas do "estar-junto" associadas às mídias. De acordo com Almeida (1997, p. 76), essas formas redesenham e podem enfraquecer a noção de cidadania:

Na medida em que se enfraquece, nos termos já explicitados, o papel do Estado burguês, parecem surgir (muitas vezes em aberta competição com ele) pretendentes a novos instituintes da cidadania, alguns deles dotados de significativa margem de "extraterritorialidade" (como é o caso das empresas transnacionais) e cada qual reivindicando uma legitimidade específica. Trata-se – como se viu – de um processo duplamente contraditório. O questionamento da cidadania significa a problematização de uma categoria

fundamental para a reprodução das condições "superestruturais" da dominação burguesa. Além disso, diferentes estatutos de cidadania terminam por transformá-la no oposto de si mesma, dilacerando-a em uma hierarquia de privilégios.

A comunicação mediada por computador (inclusive os portáteis), por seu caráter transnacional, afeta a participação social e exige a reconfiguração dos direitos para uma vida coletiva no ciberespaço. As megacorporações atuam para manter e ampliar em uma sociedade informacional os poderes que detinham no capitalismo industrial. Para tanto, precisam conter a hipercomunicação pública e torná-la comunicação privadamente controlada, substituindo a ideia de uma cultura livre pela cultura da submissão ou do licenciamento. É preciso lembrar que o ciberespaço não existe descolado do mundo material e que a infraestrutura lógica e física da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital.

O problema da participação social, em um cenário de globalização e transnacionalidade, coloca-nos diante da necessidade de enfrentarmos a discussão do papel das comunicações e das tecnologias da informação nos processos de mudança e permanência das relações sociais. De acordo com Sorj (2003, p. 37), não podemos separar o ciberespaço ou telemática das condições materiais nas quais ele está fundado:

A Internet surge num momento em que o capitalismo passava por uma profunda transformação do sistema produtivo e social, na qual ela funciona como catalisador, acelerador, potencializador e reordenador. É importante, contudo, enfatizar que a telemática, per si, não é condição suficiente para tais transformações nem foi sua condição necessária. O esquecimento da história social recente do capitalismo tem levado vários autores a um determinismo tecnológico, à glamourização da Internet e a uma visão irrealista das condições sociais dentro das quais a telemática funciona e impacta nas pessoas.

Essas condições estão inseridas nas contradições típicas de nossas sociedades. Não são à parte das outras estruturas, embora possam evidenciá-las. Morgenthau (2002, p. 187) destaca um aspecto que instiga questionamentos da ordem quando afirma:

A humanidade, ao longo de sua história, sempre esteve dividida por diferenças drásticas nos padrões de vida. O que torna distinta a situação presente é a maior consciência dessas diferenças por parte de todos os membros da humanidade, tanto os beneficiados como os desfavorecidos, graças aos avanços das modernas tecnologias. Essa melhor consciência coincide com a ascendência, em todo mundo, do princípio de igualdade, tanto de oportunidades como de condições. Daí as aspirações da parcela dos desfavorecidos, no sentido de que seja reduzida a distância entre os ricos e os pobres, - e o desconforto moral

dos ricos diante dessas aspirações. Não seria necessário acrescentar que essas aspirações e o decorrente desconforto moral – nenhum dos dois passíveis de ser satisfeito ou atenuado em uma escala mundial – são empregados amplamente como justificações e racionalizações ideológicas para fins políticos específicos a serviço dos interesses nacionais concretos.

Se, por um lado, parece claro que as tecnologias da informação e da comunicação, por si só, não criam revoluções, por outro lado, não se deve cair no mito da neutralidade científica. As técnicas, quando inventadas, sempre guardam um pouco das intenções de quem as criou. Algumas podem ter seu uso desvirtuado ou reconfigurado, mas raramente permanecem neutras.

A concentração de poder comunicacional, por exemplo, na sociedade da informação poderá ser muito maior do que a ocorrida com a mídia de massas (imprensa escrita, rádio etc.) na sociedade industrial. Para se ter uma ideia, no ano de 2002 mais de 90% dos computadores pessoais do mundo utilizava o sistema operacional de uma única empresa norte-americana, a Microsoft. O sistema operacional é o principal programa de uma máquina para processar informações. Ele define como a máquina deve agir, como deve alocar a memória, que tipos de programas podem ou não ser instalados nela, entre outras funções. Por dominar a linguagem básica dos computadores, essa companhia também passou a dominar o mercado de navegadores web⁶, uma vez que passou a vendê-lo junto com seu sistema operacional, desbancando todos os outros existentes.

Percebe-se, assim, que o problema de quem pode participar das decisões na sociedade, e em que termos, não é apenas uma questão de âmbito legal e da natureza formal dos direitos que ela implica. É também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos derivadas dos recursos sociais e simbólicos que eles dominam e aos quais possuem acesso. Ou seja, todo esse progresso técnico observado nos últimos anos pode, de acordo com Silveira (2005, p.41), acabar elevando a desigualdade social ao assegurar um serviço público mais completo e veloz somente para segmentos privilegiados da sociedade.

O discurso atual, que divide as nações, basicamente, segundo o seu grau de progresso tecnológico, prega, na ótica de Chesnais (1996, p. 37), a necessidade da modernização como elemento indispensável à participação no mundo globalizado. Sabendo-se que é indiscutível a importância da informação no mundo em que se vive, fica fácil perceber que a pro-

moção da inclusão digital em larga escala assume caráter emergencial. Segundo o discurso Rondelli (2003), inclusão digital corresponde a alfabetização digital: "Inclusão digital é, dentre outras coisas, alfabetização digital. Ou seja, é a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos". Assim, estar incluído digitalmente significa, antes de tudo, ter acesso às tecnologias da informação e da comunicação e poder adquirir, armazenar, processar e distribuir informações eletronicamente.

Para Silveira (2005, p. 18), a relação entre cidadania, inclusão digital e acesso à informação é basilar:

Sem dúvida alguma, é possível crer que com a maciça inclusão das pessoas na sociedade da informação teremos uma explosão das possibilidades de cidadania. E quanto mais cidadãos forem as pessoas, mais conscientes serão das necessidades de reinvenção da dinâmica social excludente e desigual.

Considerando quão diferentes são as posturas dos países menos desenvolvidos com relação à educação, incentivos à pesquisa, legislação de propriedade intelectual e também levando em conta as diversas realidades de seus mercados internos – que podem ser mais ou menos propensos a sustentar processos de inovação tecnológica – é complicado imaginar que as soluções ou os caminhos a serem adotados rumo à disseminação do progresso tecnológico seriam os mesmos para todos ou, pelo menos, semelhantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando à nossa reflexão inicial, afinal, a internet é um instrumento de dominação utilizado para disseminar a ideologia burguesa ou é uma ferramenta revolucionária capaz de transformar a consciência social das pessoas e promover a emancipação humana? Sem dúvida, ela tem se prestado muito a divulgar a ideologia dominante, entretanto, contraditoriamente, também possui suas potencialidades revolucionárias.

A informação, ainda que disfarçada, filtrada e controlada, circula em volume muito mais significativo do que em qualquer outro período da história. Registros públicos e mais um amplo espectro de dados estão disponíveis on-line, podendo ser acessados por qualquer pessoa a qualquer tempo. É bem verdade que para ter acesso a esse mundo, como já vimos, é preciso estar incluído digitalmente e

muitos ainda não estão. Contudo, assim como aconteceu com a popularização dos telefones celulares, é muito provável que o número de pessoas com acesso à internet cresça cada vez mais rápido nos próximos anos.

Isso não significa que apenas o acesso à informação será capaz de mudar a mentalidade das pessoas e produzir comportamentos revolucionários. A maioria das propostas em pauta para alterar a realidade de exclusão, à que está condenada grande parte da população, o faz dentro dos limites do capitalismo, na maioria das vezes, inclusive, pensando em sua expansão. A contradição evidente que se coloca entre os interesses do grande capital e da classe trabalhadora permanece intocada e a dominação de uma classe por outra parece pouco ameaçada.

Silveira (2005, p. 5) adverte, contudo, que “[...] ter acesso à tecnologia e abrir as portas da informação é o passo inicial. Indispensável, mas pequeno.” Afinal, “[...] ter contato com a informação pode não gerar conhecimento”. Não ter esse contato, por outro lado, torna o processo do conhecimento muito mais complicado. A própria cidadania fica prejudicada.

A necessidade de promover a inclusão digital, a despeito das inúmeras discussões que possa gerar e até por causa delas, é urgente. Afinal, como bem colocou Almeida (2002, p. 154), as lutas que a internet pode organizar, promover e difundir, sejam motivadas por causas sociais ou das mais diversas ordens, não acontecerão se uma luta anterior as preceder: a luta para democratizar os meios de comunicação. E, sem essa luta, não há como sair da barbárie nua e crua que o capitalismo nos oferece. Nessa perspectiva, as lutas elaboradas a partir das tecnologias da informação são retroalimentadas pelas lutas que democratizam o acesso à informação ao mesmo tempo que as alimentam.

As insurreições levantadas entre usuários de redes sociais no norte da África e Oriente Médio podem ainda não dar em nada significativo do ponto de vista das transformações políticas; podem, no máximo, resultar numa troca de serviços ao capitalismo globalizado, mas já mostrou ao mundo que o ciberespaço possui um poder de mobilização muito grande. Caiu a fantasia de que as redes sociais são apenas instrumentos de alienação para adolescentes sem vida social. Certamente os olhos do controle e do contra-controle sociais estarão mais abertos para elas, a partir de agora.

NOTAS

1. A era da informação é, segundo Castells (1999, p.67), “[...] um intervalo cuja característica é a transformação de nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação”.
2. *Lanhouse* é o estabelecimento no qual é oferecido o uso destes computadores ligados em rede para acesso à Internet e programas em geral, como os jogos eletrônicos e/ou soluções de escritórios. Em geral, é cobrada uma taxa dos usuários proporcional ao tempo de uso.
3. O termo *colaboração em massa* é a tradução mais utilizada para a expressão “*peering*” cunhada por Yochai Benkler, professor da universidade americana de Yale. A *colaboração em massa* acontece toda vez que grupos de pessoas (que podem conter números imensos de participantes) se unem, no ambiente virtual da rede, para produzir bens e serviços que serão distribuídos gratuitamente entre todos aqueles que tiverem interesse por eles.
4. De acordo com Gramsci (2007, p. 95) “[...] o exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”.
5. De acordo com Lévy (1999, p.193): “[...] o ciberespaço, conexão dos computadores do planeta e dispositivo de comunicação ao mesmo tempo coletivo e interativo, não é uma infra-estrutura: é uma forma de usar as infra-estruturas existentes e de explorar seus recursos por meio de uma inventividade distribuída e incessante que é indissociavelmente social e técnica”.
6. Web – diminutivo de World Wide Web, ou Teia do Mundo Inteiro, apelido pelo qual ficou conhecida a Internet.
7. De acordo com Marx (2005, p.42) é “[...] somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato” ou seja “[...] quando já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio F. Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 1, 1997.

_____. Lutas Sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 8, 2002

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade cultura*. v. 1. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORGENTHAU, H. *A Política Entre as Nações*. Brasília: Editora UnB, 2002.

RONDELLI, Elizabeth. *Quatro passos para a inclusão digital*. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br>>. Acesso em: 7 ago. 2003.

SILVEIRA, Sérgio A. *Exclusão digital*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.